



296

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

Embargos de Declaração manejado nos autos da
Apelação n.º 0002361-39.2006.8.17.0710 (0314985-3)
Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Embargado: Josemário Francisco Mendes
Procuradora de Justiça: Eleonora de Souza Luna
Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. APELAÇÃO CRIME. ROUBO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 619 DO CPP.

1. Inexistência de omissão no julgado, que analisou exaustivamente todas as questões trazidas à apreciação, afastando as alegações arguidas.
2. Quanto ao mérito, o acórdão se deteve nos pontos atinentes à tese de negativa de provas de autoria;
3. Pretensão do embargante, em verdade, busca nova análise da prova, ao que não se presta a presente aclaratória. Omissão que não se reconhece. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os **Embargos de Declaração** nos autos da **Apelação n.º 0002361-39.2006.8.17.0710 (0314985-3)**, em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia ____/____/2014, por unanimidade, **EM DESACOLHER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 20 de MAIO de 2014.

Odilon de Oliveira Neto
Desembargador Relator





297

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

Embargos de Declaração manejado nos autos da
Apelação n.º 0002361-39.2006.8.17.0710 (0314985-3)
Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Embargado: Josemário Francisco Mendes
Procuradora de Justiça: Eleonora de Souza Luna
Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração, opostos pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, através de sua Procuradora de Justiça, na apelação-crime nº 031498-5, referente ao Acórdão de fls. 262, que absolveu o embargado, reformando a r. sentença de fls. 200/207, que o condenou como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

Em sessão de julgamento realizada no dia 25.02.2013, esta Câmara, à unanimidade, acolheu a tese da defesa, dando provimento ao apelo do réu, absolvendo-o.

Pretende o embargante o suprimimento de omissão, existente nas questões meritórias, requerendo expressa manifestação deste colegiado acerca da omissão quanto a leitura parcial da testemunha ESPEDITO BELÉM DE MACEDO JÚNIOR, realizada pelo relator e pelo revisor. Requer o recebimento dos embargos, inclusive no efeito infringente, bem como ao fim de prequestionamento.

Vieram conclusos para julgamento.

É o relatório

Recife, 25 de Abril de 2014.

Odilon de Oliveira Neto
Desembargador Relator



298

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife - Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

Embargos de Declaração manejado nos autos da
Apelação n.º 0002361-39.2006.8.17.0710 (0314985-3)
Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Embargado: Josemário Francisco Mendes
Procuradora de Justiça: Eleonora de Souza Luna
Relator: Desembargador Odilon de Oliveira Neto

VOTO

Os embargos declaratórios buscam esclarecer a verdade da decisão em sua extensão, cujo conteúdo, por razões inúmeras, possa ter ficado, em algum ponto, obscuro, omissos ou contraditórios, ou mesmo tenha incorrido em algum erro material. **Nesse sentido, integra o decisum, sem provocar qualquer inovação, vedada a reapreciação do contexto probatório.**

A teor do art. 619 do CPP, poderão ser opostos aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, Câmaras ou Turmas, quando houver na sentença ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão.

Ada Pellegrini Grinover, preleciona, in verbis:

"...Costuma-se dizer que o julgamento dos embargos de declaração somente pode tornar clara a decisão embargada, livrando-a de imperfeições, **mas sem alterar-lhe a substância, não sendo possível, por este recurso, alterar, mudar ou aumentar o julgamento** (por exemplo, modificando-se a pena)..." (in Recursos no Processo Penal, 2ª ed., p. 238) (grifei)

No mesmo diapasão, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"CRIMINAL. RESP. OMISSÃO NO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 619 CPP. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EVIDENTE PROPÓSITO INFRINGENTE DO

0314985-3 (3.c)



299

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

JULGADO. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. DENÚNCIA GENÉRICA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DOLO GENÉRICO. ANIMUS REM SIBI HABENDI. COMPROVAÇÃO DESNECESSÁRIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

I - Se não havia omissões, contradições ou obscuridades a suprir, incabível considerar, no recurso especial, a hipótese de violação do art. 619 do CPP, tornando-se evidente o caráter infringente dos embargos declaratórios opostos, que, diante da ausência de quaisquer vícios no julgado, buscavam, em realidade, o reexame do mérito da questão..."

(STJ, REsp 509488/SC, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ 22.09.2003) (grifei)

"PENAL. CRIME CONTRA OS COSTUMES. REEXAME DE PROVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Os embargos Declaratórios não se prestam à reapreciação do conjunto fático-probatório dos autos. Embargos rejeitados." (STJ, EDRESP 166452/MG, 5ª Turma, Rel. Min. Edson Vidigal, j. 13.09.1999) (grifei)

Sem perder de vista o ângulo conceitual da *quaestio*, tanto em nível jurisprudencial, quanto doutrinário, porque de grande valia à solução da presente inconformidade, impõe-se o exame do caso concreto.

Argumenta o recorrente com a existência omissão no *decisum*, atinente à análise da prova.

Sem razão, contudo.

Da leitura do acórdão embargado, o que se verifica foi que o Relator, bem como o Revisor, adotando os fundamentos lançados pela defesa do apelado, expressamente concluiu pela incerteza da autoria e materialidade delitiva, visto a insuficiência de provas, como se infere dos trechos extraídos das testemunhas (fls. 162/163).

A alegada omissão suscitada pelo embargante, quanto à análise perfunctória do depoimento da testemunha ESPEDITO BELÉM DE



300

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

MACEDO JUNIO, supostamente realizada pelo Douto Revisor (fls. 288/268), não fora evidenciada, conforme se depreende em seu respeitável voto, **sendo constatada a ausência de provas de autoria do embargado, respeitando ao mesmo formar sua convicção de acordo com os elementos que se extrai dos documentos acostados nos autos do processo.**

Também expressamente referido que, em que pese não ter uma das vítimas ter sido ouvida na fase judicial e a outra, uma vez ouvida, **não reconheceu o apelado como autor do delito, objeto do presente processo.**

No ponto, ressalto, inclusive, **entendimento extraído do Douto Relator, as fls. 264, ao evidenciar que o recorrido, no dia do fato, encontrava-se recolhido à PAISJ, tendo se evadido somente em 07.10.2006, um mês após a ocorrência do fato descrito na inicial (fls. 94).**

De forma que, do contexto, verifica-se que houve o enfrentamento de todas as questões trazidas pelo embargante, sendo importante ressaltar que a alegada "omissão", a que tanto se apegava o mesmo, busca tão somente a rediscussão da matéria analisada pela Emérita Corte, ao qual entendeu pelo provimento do apelo, absolvendo o embargado.

Pelo exposto, inexistente a omissão suscitada, tendo o acórdão examinado exaustivamente os pontos trazidos pelo embargante que, ao ingressar com o presente, pretende, em verdade, uma nova análise da prova, ao que não se presta a presente aclaratória.

Ante todo o exposto, o VOTO é no sentido de **DESACOLHER OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.**

É como voto.

Recife 24 de Maio de 2014.

Odilon de Oliveira Neto
Desembargador Relator